

ILICITUDE DECORRENTE DA QUEBRA DO SIGILO MÉDICO NOS CRIMES DE ABORTO: UMA ANÁLISE DAS DECISÕES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUANTO AO TRANCAMENTO DE AÇÕES PENAIS E INQUÉRITOS POLICIAIS

*ILLEGALITY RESULTING FROM BREACH OF MEDICAL CONFIDENTIALITY
IN ABORTION CRIMES: AN ANALYSIS OF THE DECISIONS OF THE
SUPERIOR COURT OF JUSTICE REGARDING THE BLOCKING OF
CRIMINAL PROCEEDINGS AND POLICE INVESTIGATIONS*

JÚLIA PALMEIRA MACEDO¹

Universidade Católica de Pernambuco, Unicap, Brasil.
julia.palmeiram@gmail.com

DOI: [10.5281/zenodo.17487016].

ÁREA DO DIREITO: Penal

RESUMO: Esse trabalho consiste na análise inicial da pesquisa da autora que integrará sua tese de pós graduação. Nessa pesquisa, a autora analisou ementas de acórdãos e decisões monocráticas

ABSTRACT: This work consists of the initial analysis of the author's research that will be part of her doctoral thesis. In this research, the author analyzed the summaries of judgments and

-
1. Doutoranda em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (2021-2025). Bolsista CAPES/PROSUC. Mestra em Criminologia com menção de grande distinção pela *Université Catholique de Louvain* e intercâmbio na *University of Ottawa* (2017). Indicada ao prêmio de Melhor Dissertação do ano. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia (2013). Advogada em direitos das mulheres, direito criminal, direito das famílias e sucessões e direitos humanos. Professora substituta da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia (2023).

Currículo Lattes: [lattes.cnpq.br/2911470528681752].

ORCID: [orcid.org/0000-0003-1968-0184].

E-mail: julia.palmeiram@gmail.com

MACEDO, Júlia Palmeira. Ilicitude decorrente da quebra do sigilo médico nos crimes de aborto: uma análise das decisões do Superior Tribunal de Justiça quanto ao trancamento de ações penais e inquéritos policiais. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, vol. 212, ano 34, p. 387-410. São Paulo: Ed. RT, jan./fev. 2026.
DOI: [10.5281/zenodo.17487016].

encontradas no buscador de jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), referentes a mulheres que respondem ou responderam pelo crime previsto no artigo 124 do Código Penal (CP) que requereram o trancamento do inquérito policial ou da consequente ação penal em virtude da violação de sigilo do profissional de saúde, a fim de identificar como têm sido tais decisões, suas fundamentações, bem como elementos controversos e relevantes para refletir em que sentido tem se orientado o tribunal. O método utilizado foi, essencialmente, teórico-bibliográfico, de análise jurisprudencial e conceitual, além da posterior análise crítica do conteúdo encontrado. As considerações finais da autora são no sentido de que o STJ reconheceu a ilicitude decorrente da quebra do sigilo profissional, contudo ainda não se pode afirmar com segurança que esse precedente está consolidado, em face de uma postura preponderantemente defensiva do tribunal ao recorrer a fundamentações processuais para evitar a análise do mérito.

PALAVRAS-CHAVE: Aborto; Violação do sigilo profissional; Ilcitude da prova; Trancamento da ação penal ou inquérito policial.

single-judge decisions found in the case law search engine of the Superior Court of Justice (STJ), referring to women who are or have been charged with the crime provided for in article 124 of the Penal Code and who requested the closure of the police investigation or the consequent criminal action due to the violation of confidentiality of the health professional, in order to identify how such decisions have been made, their grounds, as well as controversial and relevant elements to reflect on which direction the court has been oriented. The method used was essentially theoretical-bibliographic, of case law and conceptual analysis, in addition to the subsequent critical analysis of the content found. The author's final considerations are that the STJ has set a precedent for recognizing the unlawfulness resulting from the violation of confidentiality of the health professional, however it cannot yet be said with certainty that this precedent has been consolidated, given the predominantly defensive stance of the court in resorting to procedural grounds to avoid analyzing the case itself.

KEYWORDS: Abortion; Breach of professional secrecy; Unlawfulness of evidence; Suspension of criminal proceedings or police investigation.

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. Metodologia. 3. Problemática. 4. Resultados da análise. 4.1. Ilcitude da prova oriunda da violação do sigilo profissional e a consequente ausência de justa causa para a ação penal (desde que não haja outros elementos indiciários que sirvam de suporte à denúncia). 4.2. Relatividade da violação do sigilo médico e justa causa para tanto. 4.3. Relevância do sigilo profissional para a preservação da integridade física e da vida das mulheres. 4.4. Excepcionalidade do cabimento de *habeas corpus* para trancamento da ação penal ou inquérito, por não haver valoração probatória, devendo pautar-se na inocência do acusado, na atipicidade da conduta ou na extinção da punibilidade. 4.5. Supressão de instância, caso a alegação de ausência de justa causa para o inquérito policial não tenha sido analisada pelo tribunal de justiça de origem. 4.6. Separação dos poderes e impossibilidade de o poder judiciário determinar a descriminalização do aborto ou de o STJ efetivar controle de constitucionalidade difuso sobre matéria já apreciada na ADPF 442 em trâmite no STF. 5. Análise crítica e considerações finais. 6. Referências. 7. Legislação.

1. INTRODUÇÃO

Soraia Mendes (2020) menciona o feminicídio reprodutivo e o feminicídio político como formas de feminicídio de Estado, que correspondem ao exercício de sua